

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TERESINA: INÍCIO DE SUA ESTRUTURAÇÃO

Zélia Maria Carvalho e Silva – UFPI
Amada de Cássia Campos Reis - UFPI

A pesquisa sobre a infância recebeu um impulso significativo na historiografia brasileira a partir do movimento da “Nova História Cultural”, que segundo Peter Burke (1992), proporcionou uma renovação da história, partindo de uma crítica ao modelo historiográfico tradicional e posicionando-se em favor da expansão da variedade de novas abordagens, antes consideradas pouco nobres. Isso trouxe para a área de pesquisa em história da educação uma ampliação acerca de fontes e objetos de investigação.

As discussões teóricas de diversos campos do conhecimento voltados à infância mostram que, por muito tempo, a criança não foi concebida na sua condição social de ser histórico político e cultural. Essa concepção é recente e foi historicamente construída, mudando ao longo dos tempos, não tendo igual significado nem dentro da mesma sociedade e época. Segundo Pereira e Souza (1998):

a infância será tomada como objeto de estudo, ou seja, a criança vista como alguém que deve ser analisado e estudado por diferentes saberes disciplinares (psicológicos, pedagógicos, pediátricos, sociológicos), e que, portanto, exige a constituição de um discurso sobre ele, que chamaremos aqui de ‘discurso da época moderna sobre a infância’.

Para as autoras Lopes e Galvão (2001), ultimamente, passa-se cada vez mais a valorizar os sujeitos “esquecidos” da História, como por exemplo, a criança, a mulher o índio, etc e a considerar fontes até então tidas como pouco confiáveis e científicas. Nas últimas décadas registramos um crescimento no atendimento de crianças menores de sete anos, aliás, não só no Brasil, mas no mundo. Neste contexto histórico, estão presentes a urbanização, a industrialização, a participação feminina no mercado de trabalho, nova organização e estrutura das famílias, solicitando desta forma um espaço para a figura infantil.

Vale ressaltar o trabalho do pesquisador francês Philippe Ariès (1978), intitulado “História Social da Criança e da Família”, inaugurando uma nova linha de investigação, a história da infância, fornecendo então, parâmetros de pesquisa, articulando

infância, história e sociedade. Segundo este autor, existem duas fases históricas que correspondem aos sentimentos de infância:

... o primeiro, difundido e popular, a ‘paparicação’, limitava-se às primeiras idades e correspondia a idéia de uma infância curta; o segmento exprime a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e fortalecer a segunda, durante muito se limitou a uma pequena minoria de legistas, padres e moralistas. (ARIES, 1978, p.186)

Nesse sentido, percebemos que a análise dos estudos desse autor influenciou na transformação da concepção de infância, possibilitando reflexões quanto ao surgimento e as condições de funcionamento das instituições educacionais infantis.

Queiroz (1995) diz que a temática da infância é um objeto de estudo recente e sua abordagem era feita sem individualização, atrelando-o a outros temas como a família, o casamento, a mulher, o amor, etc. Esta autora questiona a forma de eleger a criança como objeto de análise e sugere os estudos de Áries e Badinter¹ por aproximarem suas idéias sobre o sentimento de infância e o papel da criança nas sociedades tradicional e moderna

Consideramos importante destacar neste artigo sobre os jardins de infância em Teresina, dentre outros aspectos, os estudos de Kuhlmann Jr. (2003), ao apresentar a história deste nível de ensino sem caráter de obrigatoriedade, como a escola primária, subordinado aos órgãos de saúde pública ou de assistência. Esse caráter de assistência social ou de saúde às crianças na idade pré-escolar, principalmente às crianças pobres, é baseado no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, que segundo este autor prevê o “desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins-de-infância) e de todas as instituições pré-escolares e pós-escolares”.

Neste estudo procuramos reconstituir o passado educacional da infância na cidade de Teresina na década de trinta do século XX. Na elaboração deste artigo buscamos dar forma e maior visibilidade a este nível de escolarização voltado à infância em Teresina. Dada a raridade das fontes escritas, lançamos mão do recurso metodológico da História Oral, que para Thompson (1992, p. 22):

pode-se certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; [...] pode

¹ Para maiores aprofundamentos leia: ÁRIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986 e BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

A história se faz a partir de qualquer traço deixado pelas sociedades no passado e muitas vezes as fontes oficiais são insuficientes para compreensão de variáveis importantes para o processo. Portanto, a documentação não oficial através da análise das falas dos sujeitos, protagonistas da educação nesse período, é uma oportunidade de dar voz e valorizar suas experiências e vivências. De acordo com Bom Meihy (1996, p. 15):

a história oral é uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio da documentação escrita e cartorial. A não ser para provar o óbvio, não seria cabível a coleta de depoimentos em que se poderia ter os mesmos resultados obtidos com base em documentos escritos. Porque a história oral tem comprometimentos éticos e exige retorno ao depoente, sempre que houver uma entrevista ela deve responder a sua utilização.

Nessa perspectiva, percebemos a escola como um lugar privilegiado de memórias, onde todos os protagonistas do cotidiano escolar passam a fazer parte da construção da história, mantendo um compromisso com o contexto social, representando um avanço e possibilidade de análise social.

Halbwachs (1999, p. 26) nos lembra que:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

O conceito de infância é dinâmico vem mudando ao longo da história levando em consideração o contexto social de cada época. O lugar da criança passou a ser conquistado na sociedade a partir do século XVII. Até então era vista como um adulto em miniatura, diferenciada deste apenas em relação a sua estatura, sem considerar as necessidades próprias da infância. Com as descobertas científicas ocorridas nesse período, gradativamente a criança passa ser vista como um ser frágil necessitando dos pais novos cuidados, maior atenção e responsabilidade no seu trato e da ajuda da escola como coadjuvante desta formação, responsabilizando-se pelo desenvolvimento de habilidades de leitura e aritmética e reforçando os ensinamentos religiosos e morais dos pais quanto à sua formação moral e espiritual. (FONTANA; CRUZ, 1986, p. 6-7). Em séculos posteriores

houve uma evolução do conceito de infância baseada principalmente nas idéias de Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Montessori, Claparède, Dewey.

A concepção de que a criança era um ser com características próprias em sua idéias e interesses e que sua educação não deveria estar voltada para os desejos do adulto, são introduzidas na sociedade por Rousseau, que critica severamente as regras de civilidade, como padrão de comportamento, impostas no seu tempo. Essas regras davam à educação um caráter de artificialidade, que segundo Veiga (2004) era traduzida em uma prática escolar extremamente rígida. Rousseau defendia que a educação não vem de fora, por imposição de regras exteriores e artificiais, uma vez que para ele a finalidade da educação era ensinar a criança a viver e a aprender o exercício da liberdade através de atividades onde ela possa se expressar livremente em contato com a natureza. Para Gadotti (1985, p. 88), “Rousseau é o precursor da Escola Nova, que inicia no século XIX e teve grande êxito na primeira metade do século XX, sendo ainda hoje muito viva”.

Esclarecemos que o conceito de educação infantil é aqui entendido, em consonância com a Constituição Federal de 1988, como sendo o nível de ensino específico para o atendimento de crianças com idade inferior a seis anos. O artigo 208 estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

No século XIX no Brasil, ocorreu a apropriação da infância pelos médicos higienistas, que visavam inserir nas famílias de diferentes classes sociais novos hábitos e costumes higiênicos necessários à sobrevivência na vida urbana. De acordo com Queiroz (1995, p. 23) “as proposições higienistas realçam a condição da família como nefasta. Como ela faz mal à criança, esta deve ser subtraída à sua influencia. Se a família é doente e a criança tem que ser afastada, a educação deve acontecer preferencialmente no colégio interno”.

Na terceira década do século XX, é aprovado no Piauí, em 31 de janeiro de 1933, o Regulamento Geral do Ensino, pelo Decreto nº 1.438, que no Art. 3 acrescenta na organização do ensino do Estado o nível pré-escolar. Entre as disposições propostas apresenta um capítulo exclusivo sobre a Inspeção Médico-Escolar, como setor responsável pela vigilância intensiva da saúde dos alunos de escolas públicas e particulares, bem como da higienização dos estabelecimentos de ensino.

Conforme afirma Kuhlmann Jr. (2003, p. 470), as instituições educacionais específicas para o atendimento infantil, na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, começaram a surgir no Brasil em 1870 com objetivos assistencialistas:

O jornal Mãe de Família [publicado de 1870 a 1888] tem importância para nossa história, pois remete à primeira referência da creche de que se registro no país, [...]. A matéria chama-se ‘A Creche (asilo para a primeira infância)’. Nela, o autor, Kossuth Vinelli, médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, manifesta o intuito de chamar atenção da sociedade brasileira, ‘especialmente das mães de família para a importante questão das creches, vulgarizar sua idéia entre nós, mostrar suas vantagens.

Com o movimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ocorrido no Brasil em 1932, a idéia de escolas próprias para a educação pré-escolar toma corpo e começa ser disseminada no país desmembrando-se em escola maternal para crianças de 2 a 4 anos e jardim de infância para as de 5 a 6 anos.

No Piauí, esta inovação chegou através da iniciativa particular, antes mesmo da oficialização do ensino infantil pelo Regulamento Geral do Ensino de 1933. O “Jornal do Piauí”, de 19 de janeiro de 1930, traz uma matéria com o programa de ensino aplicado no “Jardim da Infância Imaculada Conceição”, localizado em Teresina na praça da Independência, nº 85, apresentado pela diretora Hilva Silva com o intuito de despertar o interesse dos leitores em matricular seus filhos nesta escola. Esta escola atendia no horário de 8h às 11h da manhã, alunos desde a idade de 4 a 8 anos, que correspondia ao primeiro ano do jardim até o terceiro ano do curso primário. Dada sua importância para a construção historiográfica da educação infantil no Piauí transcrevemos esta matéria na íntegra:

PROGRAMA DO JARDIM DA INFÂNCIA “IMMACULADA CONCEIÇÃO”

Directora: HILVA SILVA.

1º - JARDIM DE INFÂNCIA (1º ano)

Este não é mais que o prolongamento do lar, preparando a criança para a vida escolar. É o lugar onde por meio de brinquedos e trabalhos simples, desperta na criança a capacidade moral e intelectual. É o estudo intuitivo e prático, porém básico para o bom sucesso de todo o trabalho do curso primário. Aqui o aluno aprende sem esforço e sem livros a conhecer os objectos, as cores, a escrever sentenças curtas e simples. Aprende ainda mais a contar, ler e escrever (por meio de objectos e brinquedos). Recebe rudimentos de Geographia por meio da mesa de areia e dos blocos. Princípios de educação e civilidade por meio de

histórias, brinquedos e exemplos. Aprende usar as mãos e a mente nos trabalhos simples de tecelagem e dobradura e nas combinações de cores e desenhos simples.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2003, p. 483):

Em Teresina, capital do Piauí, o primeiro jardim oficial, chamado Lélia Avelino, foi criado em 1933 com os objetivos de proporcionar o desenvolvimento artístico da criança de 4 a 6 anos de idade e de ‘servir de tirocínio às futuras professoras’ da Escola Normal Antonino Freire. Para a implantação do jardim de infância, algumas professoras foram escolhidas, em 1932, para participarem de um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Infantil no Rio de Janeiro.

Invocando a memória de quem viveu as experiências de sala de aula, aspectos do cotidiano da educação infantil de Teresina pôde ser resgatado. Souza (2000, p. 23) afirma que “a memória torna-se letra morta quando não há possibilidades ou meios de acioná-la”. Assim revivendo as lembranças de sua prática como aluna e professora da disciplina Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, da antiga Escola Normal Antonino Freire, na década de 50, Dona Enid Mattos Vieira da Rocha, que hoje encontra-se com 94 anos de idade, nos forneceu valiosas informações sobre a origem e funcionamento da Escola Modelo, que oferecia turmas de jardins de infância. Segundo seu relato:

Ainda recordo do meu tempo de estudante como aluna da Escola Normal Oficial de Teresina. Era uma escola muito boa e bem equipada, tinha uma biblioteca bem sortida e até um piano de cauda usado nas aulas de música. Dava gosto estudar nesta escola! Saíamos de lá preparados para dar aulas, pois obrigatoriamente tínhamos que passar por um tirocínio na Escola Modelo antes e exercermos nossa profissão. A Escola Modelo era anexa à Escola Normal, e meu tempo, atendia crianças do primário e também de jardins de infância. Nas três turmas de jardim estudavam crianças de quatro a seis anos de idade. Esta escola era gratuita e recebia principalmente crianças pobres, as mais abastadas estudavam no Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido como Colégio das Irmãs. Os professores da Escola Modelo faziam parte da fina flor da intelectualidade piauiense. Nessa época o jardim-de-infância não tinha caráter obrigatório, era apenas um lugar onde as crianças ficavam para que os pais pudessem trabalhar. No trato com as crianças os professores tinham a preocupação de trabalhar o lúdico. [...] Tenho muito o que dizer sobre a Escola Normal e a Escola Modelo. Sou uma memória viva, temos que ter cuidado ao fazer uma pesquisa, não passando somente de relance pelos livros, mas ouvindo também que viveu esta história.

Diante do que foi exposto pela depoente, fica evidente a importância da Escola Normal para a implantação do jardim-de-infância em Teresina. Era a Escola Normal a instituição formadora dos professores absorvidos pelas escolas piauienses, que para sua melhor qualificação passavam pelo estudo prático na Escola Modelo. A Escola Normal Oficial foi criada pelo Governador do Estado do Piauí, Antonino Freire da Silva através da Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910 e regulamentada pelo decreto nº 434 de 19 de abril do mesmo ano, que manda cumprir o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí. O artigo 189, parágrafo único, deste regulamento determina que “para o estudo prático de pedagogia, os alunos farão exercícios na Escola Modelo, de acordo com os programas e instruções, para esse fim organizados”.

Em parte do discurso proferido por Antonino Freire, por ocasião da colação de grau da primeira turma de professorandas da Escola Normal Oficial em 24 de janeiro de 1913, faz referência à importância do papel da mulher na educação das crianças e dos jardins-de-infância para a revolução dos métodos de ensino, principalmente aqueles aplicados por Pestalozzi, na Suíça, e Friedrich Froebel, na Alemanha, como podemos observar abaixo:

Percorrendo o vasto ciclo da atividade humana, vamos encontrar a mulher em todos os pontos. Na política, vemos Catarina da Rússia e Maria Teresa, para só citar dois tipos dos mais culminantes; vemos na literatura e nas artes Madame Stail e Miss Stowe; nas ciências, Sofia Germain, de que Navier dizia que – abordando o problema relativo à teoria matemática do som, resolveu com o auxílio apenas dos cálculos até então instituídos, quando La Grange proclamava a necessidade de novos para a sua solução e escrevera memórias que poucos homens teriam a preparação precisa para ler; temos uma Madame Curie e tantas outras.

Mas, onde quer que enveredemos as vistas, curiosos de esmiuçar os feitos nobilitantes da mulher, pelas paragens ignotas onde soluça a dor, a fome e a miséria, encontramos-na na posição de Samaritana, levando no cântaro de águas cristalinas e frescas a consolação aos que padecem e enchendo de alegria o escuro Cairel dos que apenas sonham as aleluias de um sol ideal que alimenta a flor das esperanças.

É preciso que vêmo-las, devotadas até o sacrifício, dedicarem-se de corpo e alma à educação das crianças. Como muito bem disse um nosso laureado patricio – duas fraquezas encontram-se no caminho da vida: a mulher e a criança. E da sua união, nasceu a fortaleza da solução do problema do ensino.

A revolução produzida por Pestalozzi, visando resolver o problema do ensino, transpôs as fronteiras suíças e alastrou-se por toda a Europa. Frederico Froebel, na Alemanha, desenvolveu submetendo-o a novas formas e, sem embargo dos embaraços que os seus inimigos criam a um novo método de ensino, consegue triunfar. Ainda obscuro, mestre-escola

de uma pobre aldeia da Turíngia, institui os jardins-de-infância e entregá-los à mulher.

Foi esta, assim, a melhor colaboradora nos novos métodos de ensino, porque foi graças aos jardins-de-infância, que as reformas de Pestalozzi e de Froebel mais rapidamente se propagaram. Dos fundos dessa pobre aldeia da Turíngia, os jardins-de-infância se alastraram por toda parte, produzindo nos métodos pedagógicos a profunda revolução que presenciámos.

Hoje, não há governo, não há povo que não tenha por melhor fortuna o ensino moldado nos novos métodos.

O papel dos mestres, melhor compreendido, avulta constantemente aos olhos de todos os espíritos previdentes que os consideram: “Not merely leaders of children; but mailers, oh society”.

Observamos na fala de Antonino Freire, forte ênfase nas idéias pedagógicas de Pestalozzi e Froebel. O primeiro por ter proporcionado uma revolução política e social, ao propor a reforma da sociedade através da educação de classes populares; e o segundo, por desenvolver um método de ensino flexível, onde a educação dos sentidos é explorada, principalmente, através da intuição. A memorização é substituída por práticas que passam a levar em consideração as especificidades infantis, além de outros recursos como a música, a literatura e o teatro infantil.

Para Froebel, o desenvolvimento do indivíduo segue fases importantes que devem ser levadas em consideração: a infância, a meninice, a puberdade, a mocidade e a maturidade, por isso, no período da infância, a criança por ser dependente, deve ser protegida e respeitada. Isso levou a criar os primeiros jardins de infância, os “kindergarten” na Alemanha e a utilizar o brinquedo como atividade que leva a criança a se expressar.

Percebemos na análise do Regulamento de 1933, que reformava o ensino no Piauí, uma forte influência do pensamento froebiano ao propor como método geral do ensino o intuitivo em substituição à memorização, cabendo ao professor não permitir que o aluno decore mecanicamente as lições, mas procure, ativamente, a compreensão e o sentimento dos fatos.

Este regulamento adotava as inovações trazidas pela Escola Nova ao recomendar lições variadas que estimulem o interesse infantil, levando o aluno à iniciativa de buscar os conhecimentos por si, reservando ao professor o papel de guia de modo a estimular o desenvolvimento intelectual e moral do aluno de forma gradual, principalmente a observação e o raciocínio, que se adquirem por meios ou processos intuitivos.

O jardim de infância deveria ser um lugar em que o aluno sentisse prazer em freqüentá-lo, para tanto recomendava o regulamento a realização de festividades escolares

nas principais datas comemorativas promovendo a socialização da criança. Tais atividades permanecem até hoje no calendário escolar da educação infantil.

Conscientes das limitações impostas pela raridade das fontes sobre a educação infantil no Piauí, procuramos neste trabalho expor as primeiras tentativas de estruturação deste nível de ensino em Teresina, que ocorreu na década de trinta, quando as iniciativas relacionadas à infância tornaram-se mais evidentes na legislação do Estado. Com esta produção esperamos contribuir para o avanço da historiografia educacional do Piauí.

REFERÊNCIAS

- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOM MEIHI, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988. 124 p.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- ESCOLA NORMAL ANTONINO FREIRE. **Discurso proferido pelo Governador Antonino Freire por ocasião da colação de grau da primeira turma de professorandas da Escola Normal Oficial em 24 de janeiro de 1913**. Teresina, [19--]. Datilografado.
- FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **Histórias das idéias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- KUHLMANN JR, Moyses. **Educando a infância brasileira. 500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 (2. ed., 2000, 3. ed., 2003), p. 469-496.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PEREIRA, Rita Marisa Ribes; SOUZA, Solange Jobim. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância e produção cultural**. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 25-42.
- PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do ano de 1910**. Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Oficial, 1910.
- PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do ano de 1910**. Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expede regulamento para a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Oficial, 1910.

PIAUHY. **Regulamento Geral do Ensino**. rev. alt. Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

QUEIRÓZ, Teresinha. O nascimento da infância. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, p. 15-24, 1995.

ROCHA, Enid Mattos Vieira da. **Depoimento** concedido à pesquisadora Zélia Maria Carvalho e Silva para realização deste artigo, maio 2006.

SILVA, Hilva. Programa do jardim da infância “Immaculada Conceição”. **O Piauí**. n. 8, jan, 1930.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2004.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A memória e a escola**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 35-82.